

NOVIDADES NORMATIVAS EM SUSTENTABILIDADE

A gestão da sustentabilidade continua cada vez mais necessária.

O relatório especial “Redesenhando o Mapa Energia-Clima” da Agência Internacional de Energia - AIE, lançado em junho/13, revela:

- as emissões de gases de efeito estufa aumentaram 1,4% em 2012, para um novo recorde planetário (reduções significativas nos EUA, devidas à substituição de carvão por “shale gas”, porém devido a preços relativos que já estão mudando; pequenas reduções na Europa e na Índia deveram-se a menor atividade econômica, sem influenciar a tendência; aumento de 3,8% na China e 6% no Japão);
- sua concentração na atmosfera ultrapassou 400 partes por milhão, maior valor medido;
- a atual tendência de aumento da temperatura em longo prazo é de estar entre 3,6 e 5,3 graus Celsius (a maior parte do aumento ocorrendo neste século).
- as emissões do setor da energia respondem por dois terços do total emitido no planeta.

Ele propõe quatro políticas para tentar enquadrar o aumento na temperatura global em 2°C, considerando que estas ações são capazes de reduzir as emissões até 2020, são baseadas em tecnologias existentes e testadas, e não afetariam a economia global:

- medidas de eficiência energética (49% da economia em emissões) - iluminação, equipamentos de aquecimento e resfriamento, motores, construções e transporte mais eficientes;
- limitar a construção e uso de termelétricas à carvão menos eficientes (21% da economia).
- reduzir emissões de metano da produção de óleo e gás (18%).
- acelerar a eliminação de subsídios para o consumo de combustíveis fósseis (12%).

E a normalização recente avança para auxiliar a atingir este objetivo e, mais além, ajudar as organizações a serem mais sustentáveis.

Já falamos da ISO 50001 na coluna passada, uma boa contribuição para este propósito. Também comentamos anteriormente sobre a ISO 26000 e sua contribuição. Pesquisa realizada em set/out de 2011 pela ISO com 66 membros respondentes (Revista ISO Focus, volume 3, n. 1, jan/12, acessado no sítio da ISO na internet) indicou uma expressiva disseminação da ISO 26000 em seu primeiro ano de vida, se tornando provavelmente a mais importante e aceita iniciativa mundial de responsabilidade social (53 países adotaram ou vão adotá-la como norma nacional, alguns deles desdobraram a ISO 26000 em documentos de implementação, como a norma inglesa BIP 2215:2011).

Citamos a seguir outras normas recentes que podem ajudar as organizações neste sentido.

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Normas ISO sobre sustentabilidade na construção de edifícios

- ISO 15392:2008 - princípios gerais;
- ISO 21930:2007 - declaração ambiental de produtos de construção;
- ISO 21929-1:2011 - indicadores de sustentabilidade – Parte 1: estrutura para o desenvolvimento de indicadores e conjunto de indicadores para edifícios;
- ISO 21931-1:2010 - estrutura para métodos avaliação de desempenho ambiental dos trabalhos de construção - Parte 1: edifícios;

Normas britânicas sobre sustentabilidade na construção de edifícios – mais de 10 normas, algumas representam a nacionalização das Normas ISO e/ou européias, destacando-se:

- BS EN 15643:2010-2011 - avaliação de sustentabilidade de edifícios – partes 1 a 4;
- BS EN 16309:2011 - avaliação do desempenho social dos edifícios – método de cálculo;
- BS EN 16627:2013 - avaliação do desempenho econômico dos edifícios - método de cálculo;
- BS EN 15978:2011 - avaliação do desempenho ambiental dos edifícios - método de cálculo;

SUSTENTABILIDADE DE EVENTOS (feiras, congressos, exposições, etc.)

- ISO 20121, BS ISO 20121 e NBR ISO 20121 (2012) – sistemas de gestão da sustentabilidade de eventos – requisitos com guia para uso;
- BS 8901:2010 – sustentabilidade na gestão de eventos;
- BIP 2176:2010 - tornando eventos mais sustentáveis – um guia para a BS 8901;
- Série de normas da americana ASTM (2011) sobre sustentabilidade na avaliação e seleção de eventos (E2741 - destinos; E2742 – exposições; E2743 – transportes; E2745 – audiovisual e produção; E2746 – comunicação e marketing; E2747 – escritórios dentro do evento; E2773 – alimentos e bebidas);

Como apontado no relatório da AIE, várias soluções e normas já estão disponíveis, e o seu adiamento só piora a situação climática e os custos de reversão. Temos de agir!